

172

Um ajuste fiscal mais longo e difícil

Governo admite que situação piorou e déficit de 96 vai superar os 2,5% previstos em janeiro

Regina Alvarez

Enviada especial • WASHINGTON

O ajuste fiscal será mais longo e difícil do que a equipe econômica esperava no início deste ano. Esta é a conclusão do secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, e do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, dois dos principais formuladores da política econômica. Segundo Mendonça de Barros, a situação das contas piorou porque aumentaram as despesas e a receita ficou aquém das expectativas. Mas ele afirma que o importante é a tendência para o futuro, que é de ajuste das contas:

— A situação piorou, mas algumas despesas que teremos este ano vão contribuir para redução dos gastos no futuro, como, por exemplo, os programas de demissão voluntária.

Franco concorda e não se mostra preocupado com advertências sobre a necessidade de um ajuste mais rápido, como a feita pelo vice-diretor do Fundo Monetário Internacional, Stanley Fischer, ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, terça-feira:

— Tudo isso nós sabemos e estamos tentando fazer. Mas não depende só de nós. Depende do Congresso, da opinião pública, da sociedade.

Ele acredita que será possível reduzir o déficit no ano que vem. Mas reconhece que o avanço esperado em janeiro de 96 está inviabilizado pela deteriorização ocorrida ao longo do ano. No início, os mais otimistas da equipe contavam com a possibilidade de zerar o déficit operacional em 97. Hoje, admitem que essa meta dificilmente será alcançada num prazo de dois anos.

Secretário prevê déficit de 3,5% do PIB

Mendonça de Barros acredita que será possível fechar o ano com um déficit operacional de 3,5% do Produto Interno Bruto, contra os 2,5% previstos em janeiro. Ele cita fatores que contribuíram para piorar a situação das contas: a arrecadação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas foi menor do que o esperado, porque a maioria das companhias optou por declarar o IR com base no lucro presumido. A diferença será recolhida na declaração de ajuste de março de 97, mas o efeito sobre as contas deste ano já terá ocorrido. Do lado das despesas, o Governo precisou retirar do armário "esqueletos" como capitalização do Banco do Brasil, MP dos bancos estaduais, securitização das dívidas do F CVS, elevando a dívida pública. Mas esse efeito também se esgota em 96, o que o secretário considera positivo para a trajetória da dívida.

Mendonça de Barros reconhece que a situação de alguns estados é preocupante, mas não vê outra saída para o ajuste das contas estaduais, a não ser os programas que o Governo vem desenvolvendo com 19 estados. Sem a reforma administrativa aprovada no Congresso, os estados tiveram que optar por programas de demissão voluntária, o que num primeiro momento representa mais gastos com pessoal, explica.

Como Malan, o secretário rejeita a tese de que o país está em recessão. Ele prevê que a economia crescerá 3% em 96 e acha que esse será um bom desempenho na situação atual. A projeção se baseia na expectativa de um aquecimento da demanda ao fim de 96, acima do que normalmente ocorre quando a inflação está alta. Com a estabilização, diz Mendonça de Barros, as compras do Natal não são feitas com muita antecedência, o que tende a concentrar o consumo no fim do ano.

Ele confirma que o Governo está decidido a trazer a inflação para os níveis mais baixos, por causa da memória inflacionária, mas não acredita que as taxas próximas de zero — que surpreenderam o Governo em agosto e setembro — sejam resultado da política monetária. O que está ocorrendo, afirma, é a redução de preços que estavam inchados na primeira fase do Plano Real, como aluguéis e mensalidades escolares.

José Luis da Conceição/18/7/96



SECRETÁRIO MENDONÇA de Barros: as despesas aumentaram e a receita ficou abaixo das expectativas, e não há mais esperança de zerar o déficit no ano que vem